



AUDITORIA INTERNA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2024

PARECER Nº 01/2025

26 de março de 2025



AUDITORIA INTERNA

PARECER DA AUDITORIA INTERNA SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS DO IFAC EXERCÍCIO 2024

PARECER nº 01/2025/AUDIN/CONSU

PROCESSO nº 23244.008186/2024-63

INTERESSADO: INSTITUTO FEDERAL DO ACRE-IFAC

ASSUNTO: Parecer de Auditoria Interna - Relatório de Gestão do IFAC/2024

Sumário

APRESENTAÇÃO.....	3
OBJETIVOS E ESCOPO.....	4
1. DA ADERÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS NORMATIVOS QUE REGEM A MATÉRIA	4
1.1 ELEMENTOS DE CONTEÚDO	5
a) Mensagem do dirigente máximo	6
b) Visão geral organizacional e ambiente externo	6
c) Riscos, oportunidades e perspectivas	7
d) Governança, estratégia e desempenho	8
e) Informações orçamentárias, financeiras e contábeis.....	9
f) Anexos e apêndices.....	9
1.2 PRINCÍPIOS PARA ELABORAÇÃO	10
a) Foco estratégico e no cidadão.....	11
b) Conectividade da informação	11
c) Relações com as partes interessadas	12
d) Materialidade.....	13
e) Concisão	13
f) Confiabilidade e completude	14
g) Coerência e comparabilidade	14
h) Clareza.....	15
i) Tempestividade.....	15
j) Transparência.....	16
2. DA CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E DOS ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS.....	16
3. DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS.....	17
4. CONCLUSÃO.....	18

APRESENTAÇÃO

O presente Parecer tem por objetivo expressar a posição da Auditoria Interna em relação às contas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre (Ifac) e sua administração, fundamentando-se nas atividades conduzidas pela Unidade Prestadora de Contas (UPC) ao longo do exercício de 2024.

O parecer foi elaborado em conformidade com os princípios da transparência e da responsabilidade fiscal, observando-se as diretrizes estabelecidas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria-Geral da União (CGU) e pela legislação pertinente, conforme os artigos 70, 71 e 74 da Constituição Federal. A auditoria adotou abordagem preventiva e orientativa, visando garantir a governança, a eficácia e a regularidade da gestão.

A documentação que compõe o processo de prestação de contas foi analisada à luz das diretrizes do Tribunal de Contas da União (TCU) e do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), sendo evidenciada sua conformidade com os normativos aplicáveis.

OBJETIVOS E ESCOPO

O objetivo deste Parecer é apresentar a opinião da Auditoria Interna sobre a prestação de contas do Ifac referente ao exercício de 2024, com base nos trabalhos de auditoria conduzidos no âmbito do Plano Anual de Auditoria Interna (PAINT) e nas disposições do Referencial Técnico de Auditoria Interna Governamental do Poder Executivo Federal.

O escopo desta auditoria compreende a análise dos seguintes aspectos:

- Aderência da prestação de contas aos normativos aplicáveis;
- Conformidade legal dos atos administrativos;
- Processo de elaboração das informações contábeis e financeiras;
- Atingimento dos objetivos institucionais e desempenho da gestão.

Os trabalhos foram conduzidos com base na Deliberação CCCI nº 2/2023 e nas diretrizes da Instrução Normativa SFC nº 3/2017, assegurando adequada compreensão das estratégias, objetivos e riscos da unidade auditada.

1. DA ADERÊNCIA DA PRESTAÇÃO DE CONTAS AOS NORMATIVOS QUE REGEM A MATÉRIA

A conformidade da prestação de contas com os normativos que regem a matéria é fundamental para evidenciar de maneira clara e objetiva a correta e regular utilização dos recursos públicos federais, visando atender às demandas de informação dos cidadãos, seus representantes, usuários de serviços públicos, financiadores e dos órgãos legislativos e de controle. Destaca-se que a prestação de contas está em conformidade com os regulamentos pertinentes, incluindo:

- Instrução Normativa – TCU 84, de 22 de abril de 2020;
- Decisão Normativa - TCU Nº 198, de 23 de março de 2022
- Acórdão nº 612/2021 - TCU – Plenário;
- Acórdão nº 2890/2021 – TCU – Plenário;
- Acórdão nº 1913/2024 – TCU – Plenário; e

- Guia de Elaboração na forma de Relatório Integrado desenvolvido pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

A avaliação da prestação de contas do Instituto Federal do Acre foi conduzida considerando os elementos fundamentais desse processo, os quais englobam: as informações institucionais disponíveis no website, as demonstrações contábeis exigidas pelas normas aplicáveis às Unidades Prestadoras de Contas juntamente com as notas explicativas pertinentes, o Relatório de Gestão e a Lista de Responsáveis. Esse exame foi embasado nos princípios delineados no artigo 4º da Instrução Normativa nº 84/2020, que incluem: foco estratégico no cidadão, integração da informação, engajamento com as partes interessadas, relevância, concisão, confiabilidade e abrangência, consistência e comparabilidade, clareza, prontidão e transparência.

1.1 ELEMENTOS DE CONTEÚDO

A avaliação dos elementos de conteúdo do Relatório de Gestão (RG) foi realizada com base no Anexo da Decisão Normativa TCU nº 198/2022. Apresenta-se, a seguir, a pontuação atribuída ao conteúdo do Relatório de Gestão do Instituto Federal do Acre (Ifac) referente ao exercício de 2024, conforme ilustrado no Gráfico 01.



Fonte: AUDIN/IFAC

a) Mensagem do dirigente máximo

A mensagem do Reitor destacou os principais resultados alcançados; no entanto, não apresenta, de forma estruturada em tabelas e gráficos, os principais indicadores que demonstram o grau de alcance das metas estabelecidas nos planos da organização. Isso inclui os objetivos estratégicos e de curto prazo, bem como as prioridades da gestão do Ifac em números, os quais estão detalhados no corpo do relatório.

Além disso, a mensagem do dirigente deve incluir o reconhecimento de sua responsabilidade pela garantia da integridade do Relatório de Gestão, abrangendo sua fidedignidade, precisão e completude. Alternativamente, caso existam limitações quanto a esses aspectos, a mensagem deve apresentar as ressalvas pertinentes e as medidas adotadas para a correção das inconsistências identificadas.

b) Visão geral organizacional e ambiente externo

O Relatório apresenta a identificação do Instituto Federal do Acre (Ifac), incluindo sua missão, visão, valores e o contexto em que atua. Além disso, contempla as principais normas que orientam sua atuação, com os respectivos links de acesso, e apresenta o organograma da estrutura organizacional, abrangendo as instâncias de governança. Também exibe o modelo de negócios da instituição, proporcionando uma visão abrangente sobre sua organização e funcionamento.

No que se refere à relação com o ambiente externo e aos destinatários dos bens e serviços produzidos pela instituição, o relatório contextualiza o cenário em que o Ifac está inserido, destacando seu papel fundamental na transformação da realidade de milhares de acreanos por meio da oferta de Educação Profissional e Tecnológica. O documento evidencia o impacto social das ações institucionais, ao ampliar oportunidades para a população em situação de vulnerabilidade, fomentar o empreendedorismo e a inovação, e fortalecer a tríade ensino, pesquisa e extensão.

Entretanto, não foram apresentadas informações sobre contratos de gestão firmados e sua integração ao valor gerado pela instituição. Recomenda-se a inclusão desses dados para aprimorar a transparência e a avaliação do impacto institucional.

c) Riscos, oportunidades e perspectivas

O Instituto Federal do Acre (Ifac) ainda não possui uma metodologia de gestão de riscos plenamente institucionalizada, embora disponha de uma política formalmente publicada sobre o tema. No entanto, a instituição tem aplicado o monitoramento em seus processos-chave, demonstrando consciência acerca dos principais riscos e das ações necessárias para sua mitigação. No exercício de 2024, foram identificados 61 (sessenta e um) eventos com potencial para impactar o alcance dos objetivos estratégicos da organização.

Dentre as áreas institucionais, aquelas que apresentaram maior incidência de riscos estratégicos foram: Tecnologia da Informação, com 20 eventos identificados; Pesquisa, Inovação e Pós-graduação, com 11 eventos; Assistência Estudantil e Administração, ambas com 6 eventos cada.

O desafio para a gestão de riscos no exercício de 2025 envolve a revisão dos normativos internos sobre a temática e o desenvolvimento de uma metodologia institucional específica. Essa metodologia deverá abranger, no mínimo, as seguintes etapas: compreensão do contexto organizacional, identificação, análise e priorização de riscos, definição de respostas apropriadas, comunicação e monitoramento contínuo. Ademais, recomenda-se a implementação de uma ferramenta tecnológica que contribua para a gestão eficiente dos riscos institucionais, garantindo sua utilização como critério na tomada de decisões em todos os níveis da administração (estratégico, tático e operacional).

Os principais riscos que podem comprometer a capacidade institucional de alcançar seus objetivos foram identificados. No entanto, não há uma avaliação estruturada acerca da probabilidade de ocorrência desses riscos e das respectivas oportunidades, tampouco uma estimativa da magnitude de seus impactos potenciais. Para aprimorar esse aspecto, faz-se necessário considerar as circunstâncias específicas que poderiam resultar na materialização dos riscos ou oportunidades.

Sugere-se, ainda, que a descrição da capacidade da instituição em monitorar o desempenho das funções de gestão inclua informações sobre as atividades realizadas pela Auditoria Interna nos últimos 24 meses. Entre essas atividades, destacam-se a avaliação de controles preventivos contra fraudes e corrupção, bem como a formulação de recomendações de auditoria para aprimoramento da governança. Além disso, recomenda-se o acompanhamento sistemático da implementação dessas recomendações, de modo a

garantir maior robustez aos mecanismos de controle interno e mitigação de riscos.

d) Governança, estratégia e desempenho

O modelo de governança do Instituto Federal do Acre (Ifac) está estruturado com base em dois instrumentos de planejamento institucionais fundamentais: o Plano Estratégico 2017-2036 e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020-2024. Esses documentos orientam a definição de temas estratégicos e a integração das unidades acadêmicas e administrativas, estabelecendo mecanismos de monitoramento e controle para o cumprimento de objetivos e metas pactuadas. Dessa forma, facilitam a tomada de decisões, a transparência na divulgação dos resultados alcançados e o acompanhamento pela sociedade.

A estrutura de governança do Ifac é composta, principalmente, por conselhos deliberativos e consultivos que abrangem a alta e a média gestão, além de órgãos de controle interno e externo. Essa configuração visa assegurar o cumprimento dos objetivos estratégicos e da missão institucional, conforme estabelecido no planejamento estratégico.

Os temas vinculados à cadeia de valor da instituição são tratados pelos responsáveis pela governança, cujas decisões são orientadas pelo Plano Estratégico e pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Esses documentos contemplam os principais objetivos, indicadores, metas e estratégias para a execução das ações institucionais.

A validação dessas ações ocorre por meio do Colégio de Dirigentes (CODIR) e, quando pertinente, pelos Conselhos de Campus (COCAMs) e pelo Conselho Superior (CONSU). Destaca-se, ainda, que a estrutura de governança do Ifac comprehende unidades diretamente relacionadas ao cumprimento de seu propósito institucional, incluindo instâncias de assessoramento e deliberação coletiva. Adicionalmente, o modelo de governança prevê o acesso e a participação da sociedade na gestão, assegurando sua representatividade em órgãos consultivos e/ou deliberativos, bem como por meio de canais de comunicação institucional, como o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC) e a Ouvidoria.

No que se refere aos 12 indicadores de gestão estabelecidos pelo Acórdão TCU nº 612/2021, foram apresentados dados referentes à série histórica de 2010 a 2023 para seis

indicadores, a saber: Relação de Inscritos por Vagas, Número de Ingressantes e Matrículas, Conclusão por Ciclo, Eficiência Acadêmica por Ciclo, Retenção por Ciclo e Relação Matrícula/Professor. A análise desses indicadores evidencia um aumento no interesse pelo ingresso no Ifac, bem como uma maior taxa de conclusão dos cursos dentro do ciclo regular, com tendência à estabilização. Esse cenário está diretamente associado à consolidação das políticas institucionais de ensino, especialmente no que diz respeito às ações de permanência e êxito.

Entretanto, não foram apresentados os dados referentes aos seguintes indicadores: Titulação Docente, Gasto Corrente por Matrícula, Gastos com Pessoal, Gastos com Outros Custeios e Gastos com Investimentos. Recomenda-se que tais informações sejam incluídas para permitir uma avaliação mais abrangente e aprofundada da gestão institucional.

e) Informações orçamentárias, financeiras e contábeis

Foram apresentadas a Declaração do Contador e as informações relativas às demonstrações contábeis, conforme exigido pelas normas aplicáveis ao Instituto Federal do Acre (Ifac). Essas demonstrações estão acompanhadas das respectivas notas explicativas, bem como de documentos e informações de interesse coletivo ou geral, conforme exigido pelas normativas legais específicas que regem a atividade da instituição.

Esses documentos estão disponíveis para consulta no sítio eletrônico do Ifac, onde também se encontra o link para a página "Transparência e Prestação de Contas". Essa seção contém, entre outros conteúdos, informações sobre a Execução Orçamentária e Financeira, Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas, abrangendo os dados referentes ao exercício de 2024.

f) Anexos e apêndices

Ao longo do Relatório de Gestão, foram inseridos links nas diferentes seções do documento, direcionando para documentos, tabelas, páginas e painéis de informação previamente produzidos pelo Instituto Federal do Acre (Ifac). Esses links visam

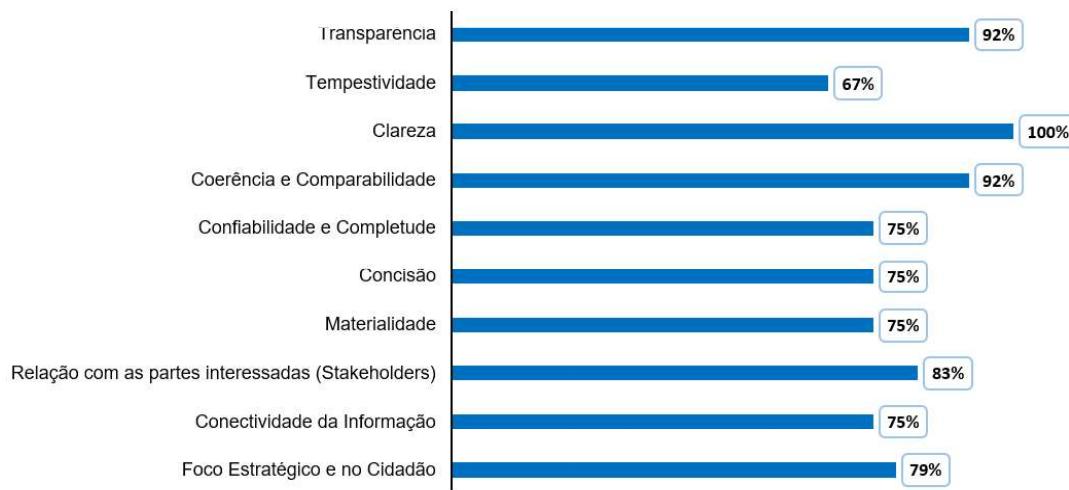
proporcionar maior acessibilidade e complementaridade às informações apresentadas.

Além disso, ao final do documento, foram incluídos dois apêndices: o primeiro referente ao mapeamento de riscos, contendo a sua vinculação à estratégia de gestão e a resposta institucional para a mitigação desses riscos; e o segundo, apresentando os resultados alcançados em relação aos objetivos estratégicos e às prioridades da gestão. A inclusão desses apêndices reforça a transparência e a rastreabilidade dos processos institucionais, permitindo uma análise mais aprofundada da governança e do desempenho organizacional.

1.2 PRINCÍPIOS PARA ELABORAÇÃO

A avaliação dos princípios que orientaram a elaboração do Relatório de Gestão foi conduzida com base no Anexo da Decisão Normativa TCU nº 198/2022. A seguir, apresenta-se a pontuação atribuída aos princípios adotados na construção do Relatório de Gestão do Instituto Federal do Acre (Ifac) para o exercício de 2024, conforme ilustrado no Gráfico 02.

Pontuação Relativa (Princípios)



Fonte: AUDIN/IFAC

a) Foco estratégico e no cidadão

Os objetivos estratégicos estão claramente delineados no Relatório de Gestão, evidenciando a orientação estratégica da instituição na busca por resultados que beneficiem a sociedade. Observa-se um alinhamento entre a missão do Instituto Federal do Acre (Ifac), seus objetivos estratégicos e os principais processos e atividades institucionais.

Entretanto, os objetivos estratégicos do exercício foram contextualizados de forma transversal ao longo do documento, sem a apresentação estruturada em um quadro que demonstre a geração de valor em curto, médio e longo prazos. Essa ausência compromete a clareza na visualização da relação entre a estratégia organizacional e a sua capacidade de gerar valor público no decurso do tempo.

Embora o relatório apresente uma análise das forças e oportunidades, bem como das fraquezas e ameaças que impactam a instituição, não há uma associação explícita entre esses fatores e a formulação dos objetivos estratégicos ou a sustentabilidade institucional. Recomenda-se que essa relação seja explicitada, permitindo uma avaliação mais consistente dos riscos e oportunidades que influenciam o desempenho organizacional.

b) Conectividade da informação

As informações apresentadas no Relatório de Gestão evidenciam uma visão integrada da relação entre os resultados alcançados, a estratégia de alocação de recursos e os objetivos estratégicos estabelecidos para o período analisado.

Os objetivos estratégicos estão formalmente desdobrados em objetivos táticos e operacionais, além de estarem associados aos principais processos, projetos e atividades institucionais. Ressalta-se, ainda, a disponibilização de um link de acesso ao Plano Estratégico, documento que consolida a relação entre os objetivos estratégicos e os respectivos processos, projetos e atividades da instituição.

A justificativa dos objetivos estratégicos está fundamentada na missão organizacional, e a estratégia adotada para o exercício em análise leva em consideração os resultados de exercícios anteriores. No entanto, não foi evidenciado de forma clara e estruturada o desdobramento dos objetivos estratégicos em níveis tático e operacional, o

que compromete a compreensão sobre a implementação prática das diretrizes estratégicas da instituição.

O relatório também apresenta informações sobre os custos e capitais empregados na produção de bens e serviços dentro dos principais processos produtivos. No entanto, a demonstração do valor público gerado a partir desses bens e serviços, incluindo a avaliação das metas atingidas e os impactos para os interessados diretos e indiretos, não foi plenamente detalhada. Recomenda-se o aprimoramento dessa abordagem, com o objetivo de fortalecer a transparência e a análise dos benefícios efetivamente entregues à sociedade.

c) Relações com as partes interessadas

Considerando a articulação interinstitucional e a necessidade de aprimoramento da integração entre os diferentes níveis e esferas do setor público, com o objetivo de gerar, preservar e entregar valor público, o Instituto Federal do Acre (Ifac) formalizou diversos instrumentos de cooperação nacional, além de manter ajustes celebrados em exercícios anteriores. No total, encontram-se em execução 28 processos de parceria, os quais abrangem iniciativas em diversas áreas institucionais.

Além desses acordos voltados para o desenvolvimento de projetos e ações estratégicas, o Ifac mantém parcerias com instituições estrangeiras, com o intuito de promover e ampliar o acesso a oportunidades internacionais para um número maior de estudantes e servidores. No entanto, a ampliação dessas parcerias evidencia a necessidade de maiores investimentos em capacitação linguística e na consolidação de novas colaborações institucionais, iniciativas que contribuem para fortalecer a inserção internacional da instituição. Essas ações também favorecem o desenvolvimento de novas perspectivas pedagógicas e administrativas alinhadas às melhores práticas globais.

No que se refere aos instrumentos de avaliação da satisfação das partes interessadas e à forma como esses dados retroalimentam a estratégia institucional, o relatório não apresenta indicadores específicos sobre a percepção de todos os usuários. Somente os dados coletados pela Ouvidoria demonstram que, ao longo do período analisado, o índice médio de satisfação dos usuários foi de 72,73%. Entretanto, recomenda-se uma análise mais aprofundada dos resultados obtidos, a fim de compreender os fatores que influenciam a percepção dos usuários e aprimorar os processos institucionais com base nesse diagnóstico.

d) Materialidade

O Relatório de Gestão apresenta informações sobre os critérios adotados para a seleção de conteúdo com base no princípio da materialidade. As informações disponibilizadas estão organizadas de acordo com faixas de materialidade previamente definidas, seja por meio de agregação em uma mesma categoria, seja por meio de sua distribuição em diferentes faixas relevantes, alinhadas à estrutura organizacional do Instituto Federal do Acre (Ifac).

Adicionalmente, é possível identificar os principais processos, produtos e recursos institucionais que contribuem para o desempenho organizacional. O relatório também permite compreender de que maneira esses elementos estão associados à geração de valor público e aos resultados globais da instituição. No entanto, recomenda-se o aprimoramento da apresentação dessas informações, de modo a fortalecer a transparência e a análise crítica sobre o impacto das atividades institucionais.

e) Concisão

O Relatório de Gestão apresenta um texto com nível de detalhamento suficiente para a compreensão da mensagem, além de disponibilizar links para informações complementares. A organização textual favorece a leitura, e os infográficos estão adequadamente posicionados ao longo do conteúdo, contribuindo para a visualização e análise dos dados.

Entretanto, verifica-se que o volume de informações apresentadas diretamente no relatório é excessivo, resultando em um documento extenso, com alguns itens excessivamente detalhados. Esse aspecto pode comprometer a objetividade e a clareza da comunicação. Recomenda-se que o texto seja mais conciso e objetivo, restringindo-se ao essencial para a transmissão da mensagem e fundamentação das conclusões. Dessa forma, é possível garantir um equilíbrio entre a abrangência das informações e a acessibilidade do conteúdo, tornando a leitura mais eficiente e alinhada aos princípios da clareza e concisão.

f) Confiabilidade e completude

A estrutura organizacional apresentada no Relatório de Gestão fornece uma visão abrangente da administração institucional, identificando suas partes e demonstrando suas interconexões. O documento inclui uma explicação geral de seu conteúdo, o que facilita a compreensão dos diferentes elementos e de sua interdependência, embora de forma resumida.

As informações relativas aos processos de obtenção e produção de dados são apresentadas com suas respectivas fontes, permitindo a rastreabilidade das informações. Além disso, são indicadas formas de acesso a dados mais detalhados da gestão, por meio dos links disponibilizados no relatório.

Entretanto, verificou-se que os quadros apresentados nas páginas 87 e 88, referentes à Gestão de Pessoas, necessitam de análise e revisão quanto ao quantitativo de servidores da instituição. Foram identificadas discrepâncias entre os números apresentados nos quadros 31 a 36 e nas figuras 87 a 89, o que compromete a confiabilidade e completude dessas informações. Recomenda-se a padronização e correção dos dados para assegurar a coerência e precisão da informação disponibilizada.

De modo geral, o relatório fornece uma explicação estruturada sobre a gestão institucional, permitindo a compreensão dos diferentes componentes e de suas conexões. O documento abrange todos os temas materiais, tanto positivos quanto negativos, de maneira equilibrada, isenta de erros significativos, evitando assim equívocos ou vieses que possam comprometer o processo decisório dos usuários das informações.

g) Coerência e comparabilidade

Os objetivos estratégicos e suas respectivas metas estão contextualizados em relação ao ambiente externo, considerando as ameaças e oportunidades que impactam a instituição. Além disso, os resultados alcançados são analisados em comparação com o cenário externo e com os indicadores de desempenho de outras organizações do mesmo setor ou ramo de atuação.

Observou-se a realização de comparações entre indicadores estratégicos, incluindo Relação de Inscritos por Vagas, Número de Ingressantes e Matrículas, Conclusão por Ciclo, Eficiência Acadêmica por Ciclo, Retenção por Ciclo e Relação

Matrícula/Professor. Esses indicadores foram analisados à luz dos resultados obtidos no exercício de 2023, em relação aos exercícios anteriores, permitindo uma avaliação da evolução do desempenho institucional ao longo do tempo.

Recomenda-se o aprofundamento dessa análise, explorando indicadores complementares que possam fornecer uma visão mais abrangente sobre o impacto das políticas institucionais na geração de valor público.

h) Clareza

As informações apresentadas ao longo do Relatório de Gestão seguem uma sequência lógica e estruturada, alinhada aos princípios do Relato Integrado. O conteúdo foi exposto de forma clara e objetiva, utilizando elementos visuais eficazes para facilitar a interpretação de informações complexas, tornando o relatório mais acessível e compreensível.

Além disso, o documento estabelece uma distinção entre os desafios enfrentados, os resultados alcançados no exercício analisado e as projeções para o futuro da instituição. Essa abordagem permite uma visão mais estratégica da gestão, contribuindo para a transparência e a avaliação do desempenho institucional.

Recomenda-se a continuidade dessa prática, aprimorando a integração entre dados quantitativos e qualitativos, de modo a fortalecer a análise crítica dos impactos institucionais e garantir maior clareza na comunicação dos avanços e desafios da organização.

i) Tempestividade

Os setores envolvidos forneceram informações claras e relevantes, essenciais para a elaboração do Relatório de Gestão. A articulação entre os setores, aliada à definição do escopo do relatório, contribuiu para a tempestividade do processo de sua elaboração, garantindo a apresentação dos dados dentro dos prazos estabelecidos.

Entretanto, observa-se que o tempo disponibilizado para a Auditoria Interna elaborar este parecer, bem como para a Câmara Técnica do CONSU elaborar sua análise, foi significativamente reduzido. Considerando o volume de informações a serem

examinadas, a necessidade de análises detalhadas e o prazo exigido para a apreciação pelo colegiado, recomenda-se a ampliação do período destinado a essas etapas, de modo a assegurar uma avaliação mais aprofundada e alinhada aos princípios da qualidade e rigor técnico na produção dos pareceres e deliberações institucionais.

j) Transparência

As atividades e os resultados do Instituto Federal do Acre (Ifac), assim como as demais informações apresentadas no Relatório de Gestão, estão organizadas de maneira adequada e acessível, possibilitando a compreensão pelo público em geral.

O documento também explicita os critérios de seleção das informações apresentadas, justificando sua inclusão no relatório, o que contribui para a transparência e a rastreabilidade dos dados.

A publicação do Relatório de Gestão ocorre anualmente no sítio oficial do Ifac, sendo disponibilizada por meio do ícone "Transparência e Prestação de Contas" na página inicial, garantindo o acesso público e o cumprimento dos princípios da publicidade e prestação de contas na Administração Pública.

2. DA CONFORMIDADE LEGAL DOS ATOS ADMINISTRATIVOS E DOS ATINGIMENTO DOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

As informações apresentadas na prestação de contas devem ser divulgadas nos sítios oficiais das Unidades Prestadoras de Contas, conforme estabelecido no artigo 8º, inciso I, da Instrução Normativa TCU nº 84/2020. No Instituto Federal do Acre (Ifac), a maior parte dessas informações está disponível em uma seção específica na página inicial do portal institucional, denominada "Transparência e Prestação de Contas".

Essas informações não apenas refletem a orientação estratégica da organização na busca por resultados para a sociedade, mas também possibilitam o acompanhamento de

séries históricas. Dessa forma, atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelos regulamentos vigentes em termos de forma, conteúdo e prazo.

No que se refere aos controles internos das Unidades, já se observa uma melhoria significativa, resultado da adoção de recomendações e diretrizes provenientes de acompanhamentos e auditorias realizadas. No entanto, ainda foram identificadas fragilidades que necessitam de ajustes, a fim de fortalecer a governança e a eficiência dos processos institucionais.

Observa-se, ainda, que o Ifac não possui uma metodologia formalizada para a gestão de riscos, o que representa um desafio para os próximos anos. Nesse sentido, recomenda-se a implementação de um processo estruturado de gestão de riscos, conforme preconizado pelas boas práticas de governança pública. A adoção dessa metodologia permitirá uma identificação, avaliação e mitigação mais eficaz dos riscos institucionais, fortalecendo a tomada de decisão baseada em evidências e a transparência da gestão.

3. DO PROCESSO DE ELABORAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS E FINANCEIRAS

A auditoria verificou que as demonstrações contábeis e financeiras do Ifac foram elaboradas conforme os princípios da contabilidade aplicada ao setor público e as normas expedidas pela Secretaria do Tesouro Nacional.

Não foram executados, em 2024, trabalhos que subsidiem a emissão de opinião geral sobre o processo de elaboração das informações contábeis e financeiras, tendo em vista que esse não foi um objeto selecionado no PAINT 2024. Destaca-se que a seleção dos objetos que serão auditados no ano é feita com base na matriz de riscos elaboradas pela Auditoria Interna, considerando os fatores de risco – materialidade, criticidade e relevância, mediante a hierarquização das ações de cada programa da matriz orçamentária do Ifac, bem como de ações não ligadas diretamente ao orçamento.

Ademais, não foi viável avaliar as demonstrações contábeis acompanhadas das notas explicativas devidas, uma vez que estas estavam disponíveis apenas para o primeiro trimestre de 2024. Assim, registra-se, no presente Parecer, a negativa de opinião, conforme dispõe o §2º do art. 16 da Instrução Normativa SFC/CGU nº 05/2021: “Se a unidade de

auditoria interna não puder se manifestar sobre algum dos incisos deste artigo, ela deverá registrar no parecer a negativa de opinião justificada”.

4. CONCLUSÃO

Com base nos exames realizados, conclui-se que a prestação de contas do Ifac está estruturada conforme os normativos vigentes, apresentando informações relevantes e adequadas sobre a execução orçamentária, financeira e patrimonial. Os controles internos administrativos foram analisados e verificou-se que os principais elementos de governança e conformidade estão presentes.

Contudo, ressalta-se a necessidade de aprimoramento na gestão de riscos institucionais e na apresentação de indicadores que evidenciem o impacto da gestão na geração de valor público.

Diante do exposto, recomenda-se:

- Implementação de metodologia formalizada de gestão de riscos;
- Aprimoramento da clareza e objetividade na apresentação dos indicadores de desempenho;
- Garantia da tempestividade do envio das informações para análise e emissão de parecer dos futuros relatórios;
- Atendimento as correções sugeridas.

Este Parecer visa contribuir para a melhoria da governança, transparência e eficiência da gestão pública do Ifac, fortalecendo a confiabilidade e a qualidade das informações prestadas aos órgãos de controle e à sociedade.

Rio Branco/AC, 26 de março de 2025.

Documento assinado digitalmente
 GIRLEN NUNES DOS SANTOS
Data: 27/03/2025 01:00:17-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Girlen Nunes dos Santos
Auditora Chefe